

Lacunas, Metas e Condições para a Expansão da Pós-Graduação em Psicologia no País

Gaps, Goals and Conditions for Expanding Graduate Programs in Psychology in Brazil

Terezinha Féres-Carneiro^{*,a}, Antonio Virgílio Bastos^b, Maria Ângela Guimarães Feitosa^c, Maria Lucia Seidl-de-Moura^d, & Oswaldo H. Yamamoto^e

^aPontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, ^bUniversidade Federal da Bahia,

^cUniversidade de Brasília, ^dUniversidade do Estado do Rio de Janeiro

& ^eUniversidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo

Este trabalho visa discutir lacunas, metas e condições para a expansão da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil. Para tal, partiu-se de pressupostos de que é necessário levar em conta os objetivos a serem atingidos, consideradas as condições de exequibilidade previstas ou supostas. É inicialmente tratada a necessidade de expansão da Pós-Graduação na área da Psicologia. Concluindo afirmativamente, são traçadas as diversas metas e as condições necessárias para atingi-las: de caminhar para que todas as Unidades da Federação tenham Programas de Pós-Graduação na área e que, em cinco anos, já se observe mais cinco UF com novos programas; que todos que já têm mestrado passem a contar com doutorado; que nas UF que só têm programas em IES privadas sejam criados programas nas IES públicas; que em algumas UF de grande extensão territorial, sejam atendidas mais microrregiões. Para melhor equipar os Programas existentes com recursos humanos qualificados, propõe-se um *crescimento anual de titulados na ordem de 10%*. Analisando dados de levantamentos feitos, são discutidas dificuldades de proposição de metas com base em eventuais lacunas de subáreas, uma delas a falta de consenso sobre o que deve ser uma Área de Concentração ou Linha de Pesquisa. Tratou-se, então, dos objetivos da Pós-Graduação a serem atendidos com os tipos de expansão propostos, sendo discutida a questão dos mestrados profissionalizantes, sendo formulada a meta de induzir a proposição de Mestrados Profissionais, em Programas consolidados, até um limite inicial de 10% do sistema (da área), em um intervalo de dois anos. Sugere-se priorizar a qualificação/formação de gestores e profissionais no campo das políticas sociais (saúde, assistência). Metas são ainda propostas pensando a relação da pós e da graduação e das necessidades identificadas na formação. Novos estudos e levantamentos são necessários para atualizar os dados disponíveis para este trabalho e validar as propostas feitas.

Palavras-chave: Pós-Graduação; Expansão; Lacunas; Metas.

Abstract

This paper aims to discuss gaps, goals and conditions for the expansion of graduate studies in psychology in Brazil. To this end, based on the assumption that it is necessary to consider the objectives to be achieved, the conditions for predicted or supposed feasibility must be taken into account. It is initially approached the need for expanding graduate studies in psychology. Affirmatively concluding it, different goals and conditions necessary to achieve such expansion are drawn: (a) to proceed in the direction that every State in the country offers graduate programs in the area and that in five years, there are five States with new programs; (b) that the States which already have masters' programs start to have doctorate ones; (c) that the States that only have programs in private higher education institutions may also offer programs in public institutions; (d) that in some States with large territory more micro-regions might be contemplated. To better equip the existing programs with qualified human resources, it is proposed an annual growth of awarded degrees around 10%. Analyzing data from surveys, difficulties of proposing goals based on some gaps in subareas were discussed, one of them is the lack of consensus about what should be a Concentration Area or Line of Research. The goals of Graduate Programs to be met with the types of expansion proposed and the issue of professional master's degrees were discussed and it was

* Endereço para correspondência: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Rua Marques de São Vicente, 225, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 22543-900. E-mail: teferca@puc-rio.br

Versão atualizada do trabalho apresentado em 2008 no Seminário *Horizontes da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil* pelo GT1. O professor Antonio Virgílio Bastos, que não foi membro do GT1, foi convidado pelos demais autores para participar da elaboração desta versão.

proposed the induction of professional master's in existing consolidated programs, up to a limit of 10% of the system (area) in an interval of two years. It is suggested to prioritize the qualification / training of managers and professionals in the field of social policies (health care). Some goals have also been proposed considering the relation between graduate and undergraduate education and the needs identified in the process of training such professionals. New studies and surveys are needed to update the available data and validate the proposals made in this work.

Keywords: Graduate Programs; Expansion; Gaps; Goals.

A Pós-Graduação (PG) na área da Psicologia vem apresentando um extraordinário desenvolvimento nos últimos anos. Os dados indicam que houve um crescimento exponencial do número de Programas de Pós-Graduação, de egressos desses Programas, de Unidades da Federação atingidos, da produção científica, mencionando apenas alguns indicadores. É no contexto desse crescimento que devemos pensar nas lacunas, nas metas e nas condições de expansão da Pós-Graduação em Psicologia, buscando contribuir para o debate sobre os horizontes da Pós-Graduação no Brasil.

Algumas questões imediatamente se impõem. O crescimento observado representa o esgotamento ou há ainda espaço para o desenvolvimento quantitativo do sistema? O crescimento quantitativo foi acompanhado do necessário desenvolvimento da qualidade do sistema de Pós-Graduação na área? Crescemos na direção do que é expectativa do desenvolvimento do sistema de ciência e tecnologia? Crescemos alheios ou atentos às demandas que a sociedade nos apresenta, nos seus diversos aspectos?

Para pensar em lacunas e metas de expansão, precisamos partir de alguns objetivos consensuais, como a consolidação e a melhoria do desempenho da Pós-Graduação e a institucionalização da pesquisa nas instituições de ensino superior (IES), de resto, parte das proposições presentes em diversos documentos oficiais. Poderíamos até, como parte do estabelecimento de uma metodologia que facilitasse a convergência do trabalho dos grandes temas que integraram o Seminário Horizontes da Pós-Graduação em Psicologia, e se optarmos pela incorporação de uma metodologia de planejamento estratégico, partir também de uma análise do contexto externo relevante e de uma análise prospectiva sobre o futuro. O Seminário teve elementos relevantes para estes dois tipos de análise, pois seus participantes são peritos, pessoas que têm condições diferenciadas para analisar o presente e fazer inferências sobre o futuro, futuro esse concebido não só como a tendência que o presente sugere, mas como a emergência de fatos novos. Planejamento Estratégico é uma ferramenta de planejamento ainda pouco explorada no seio da Psicologia, a despeito de contemporaneamente muito usada em setores de preocupação estratégica, a exemplo de várias universidades brasileiras e do Ministério da Ciência e Tecnologia, para citar contextos mais próximos (e.g. Castro, Lima, & Borges-Andrade, 2005). Em função disso, não aprofun-

damos a proposição da utilização desta metodologia, por entender que ela deveria decorrer das discussões do Seminário. Os demais artigos desse número especial complementam nossas discussões.

Retomando então nossa atenção para a identificação de lacunas e a formulação de metas, é importante considerar que *metas* pressupõem quantificação ou pelo menos a explicitação em termos verificáveis e auditáveis em um cenário temporal definido. Ainda, metas são desdobramentos de *objetivos*. Portanto, ao pensarmos na proposição de metas, necessitamos considerar, dentro de parâmetros temporais definidos de objetivos a serem atingidos – tarefa que certamente não é de fácil execução. Seria possível decidir que alguns objetivos sejam de atendimento mais urgente, requerendo metas de curto prazo, ou que o atendimento de objetivos mais complexos exija o delineamento de passos, com metas intermediárias. Evidentemente, objetivos e metas necessitam ser propostos, consideradas as condições de exequibilidade que, na maior parte das vezes, podem apenas ser supostas, uma vez que extrapolam o alcance das possibilidades dos gestores da área.

Para avançar um pouco mais na questão dos objetivos, *algumas* definições de base poderiam ser as seguintes, para o sistema de Pós-Graduação da área: Adequada distribuição de programas de PG no país; adequada distribuição de pesquisadores por habitantes; inserção de pesquisadores em ambientes extra-universidade; adequada disponibilidade de docentes para formação de profissionais.

Como uma das condições para o desenvolvimento da PG no Brasil, necessitamos pensar *algumas* características da produção científica, como: a pesquisa ser significativa em volume; a pesquisa gerar novos conhecimentos e inovação e a pesquisa superar as fronteiras delimitadoras da área. Ademais, partindo do suposto de que o Brasil precisa aperfeiçoar recursos disponíveis, é necessário também fazer com que o conhecimento disponível alhures seja facilmente acessado (redes).

Permeando um pouco os pontos acima, cremos que cabem como reflexões iniciais. Em primeiro lugar, a pesquisa precisa embasar decisões sobre políticas públicas e avanços mais rápidos recomendam que os órgãos responsáveis por políticas públicas tenham equipes de pesquisadores. Dito de outra forma, é necessário ultrapassarmos o estágio em que pesquisadores são for-

madros para a Universidade, para um novo estágio em que pesquisadores também são formados para outros setores da sociedade, a começar pelos responsáveis por políticas públicas.

Um segundo ponto é que o atendimento diferenciado de necessidades sociais não necessariamente implica a distribuição ampla de Programas de Pós-Graduação, mas sim a disponibilização ampla de egressos da PG. Podemos não ter a médio prazo condições para que todos os estados da Federação tenham pós-graduações razoavelmente abrangentes em Psicologia, mas devemos indagar se poderíamos ter metas regionais como: toda região deverá ter pelo menos um Programa de Pós-Graduação com mestrado e doutorado em Psicologia, com abrangência ampla; todo estado da Federação deverá ter pelo menos um Programa de Mestrado; em uma mesma região do país deverá ser induzida a existência de pelo menos x mestrados em sub-áreas diferentes. Finalmente, outra abordagem à questão de necessidades sociais seria prever uma densidade mínima a ser atingida de pesquisadores por habitantes, ou ainda de pesquisadores por egressos do ensino superior.

Das três asserções acima, poderíamos criar perguntas específicas que indicam mais claramente aonde queremos chegar, que ajudariam a identificar algumas variáveis que podem, ou não, conter lacunas de preenchimento. Poderíamos também criar perguntas acerca dos elementos propiciadores para o preenchimento das lacunas, o que envolveria um mapeamento do ambiente externo, aqui entendido como os atores que podem estabelecer as condições para as ações que se julgarem necessárias, como a influência da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) sobre o desenvolvimento de linhas de financiamento induzidas, junto a agências de financiamento, para alavancar o preenchimento das lacunas identificadas. Tendo em vista que o objetivo fundamental deste trabalho é suscitar o debate para a busca coletiva de caminhos, organizamos este documento em blocos temáticos, cada um dos quais propondo uma pergunta referente ao tema e fazendo considerações sobre as possibilidades de análise. Em alguns casos, avançamos para a definição de metas; em outros, somente indicamos direções possíveis.

A Expansão da Pós-Graduação na Área da Psicologia: Ainda Precisamos Crescer?

A referência ao binômio lacunas-expansão sugere que há necessidade de crescimento do sistema, a despeito do notável desenvolvimento da área da Psicologia. Para abordar esta questão, necessitamos examinar mais detidamente como se deu esse crescimento.

O desenvolvimento da Pós-Graduação na área da Psicologia pode ser visualizado na Figura 1. Os números, no entanto, precisam ser olhados com cuidado. Despre-

zando os dados de 1966, o sistema cresceu 370% no nível de mestrado e 1700% no de doutorado entre os anos de 1976 a 2007. No entanto, é importante lembrar que, no caso do doutorado, por exemplo, falamos de uma base de dois Programas em 1976. O crescimento exponencial em si não nos informa muito.

Para qualificar a questão, consideremos, inicialmente, como se deu esse crescimento. A Tabela 1 apresenta a evolução da distribuição regional dos Programas de Pós-Graduação da área, por nível, na última década.

Chamam a atenção alguns dados. Em primeiro lugar, a constatação do tão mencionado desequilíbrio regional, com uma imensa concentração dos Programas da área na região Sudeste. Em segundo, a despeito da manutenção do desequilíbrio, a tendência é decrescente – sinalizando que o sistema está se distribuindo, ainda que timidamente, pelo Brasil. Em terceiro, a ainda baixa participação das regiões Norte e Centro-Oeste no sistema¹. Uma comprovação da afirmação de que a Pós-Graduação da área está, mesmo mantendo o desequilíbrio, se capilarizando, ao menos consideradas as capitais dos estados, pode ser vista na Tabela 2. Embora este maior alcance do sistema seja perceptível nos dois níveis, não deixa de ser alvissareiro o crescimento do nível de doutorado, sobretudo nos últimos anos, atingindo hoje 14 Unidades da Federação (UF).

Ainda no tocante à expansão dos Programas, um último dado que vale a pena ser observado diz respeito à participação relativa das redes pública e privada de ensino no sistema. Tomando os dados mais recentes, observamos que permanece a predominância da rede pública no ensino pós-graduado, com aproximadamente 72% dos Programas da área (46 Programas mantidos por instituições de educação superior – IES – públicas e 18 por privadas). Portanto, embora tenham sido agregados diversos Programas de IES da rede privada, a expansão da Pós-Graduação, diferentemente do que ocorre com a graduação, não é decorrente do crescimento dessa rede de ensino.

Prosseguindo no intuito de melhor compreender o crescimento da Pós-Graduação na área, necessitamos saber se o aumento no número de Programas redundou em um significativo incremento na quantidade de estudantes titulados.

¹ A região Centro-Oeste tem seus índices inflados pela participação do Distrito Federal, muito especialmente, da Universidade de Brasília (UnB), responsável por quatro dos sete Programas - o que recomenda cautela na análise da expansão da região. A situação da região Norte sofreu uma alteração significativa recentemente, com a recomendação dos cursos de Mestrado da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), somando-se aos dois Programas já existentes na Universidade Federal do Pará (UFPA). Não obstante, o quadro ainda é de evidente carência, com apenas um único curso de Doutorado da região, na UFPA.

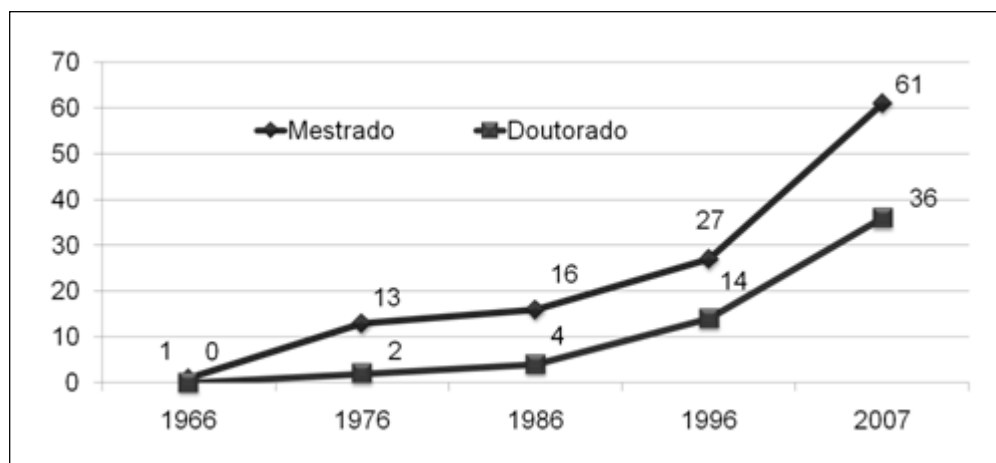


Figura 1. Crescimento do Sistema (total) – Psicologia (retirada de Yamamoto & Tourinho, 2008)

Tabela 1

Evolução da Distribuição dos Programas de Pós-Graduação da Área por Nível (%) (atualizada de Tourinho & Bastos, 2008)

Área	1996		1998		2001		2004		2007		2010	
	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Sudeste	75,0	78,4	67,8	75,0	63,1	71,4	59,0	69,7	52,7	58,7	52,4	59,5
Nordeste	8,3	-	10,7	6,3	13,2	9,5	18,2	13,0	16,4	10,3	15,9	16,7
Sul	8,3	14,1	14,3	12,5	13,2	9,5	11,4	8,7	10,9	10,3	14,3	9,5
Centro-Oeste	4,2	7,5	3,6	6,3	7,9	4,8	9,1	4,3	16,4	17,2	11,1	11,9
Norte	4,2	-	3,6	-	2,6	4,8	2,3	4,3	3,6	3,5	6,3	2,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Tabela 2

Evolução das Unidades da Federação com Programas de Pós-Graduação na área da Psicologia, por Nível, no Período 1996-2010 (adaptada e atualizada de Tourinho & Bastos, 2008)

Evolução das Unidades da Federação

	Avaliação					
	1996	1998	2001	2004	2007	2010
UF's com Mestrado	9	11	13	16	16	19
UF's com Doutorado	4	5	8	8	13	14
Total	13	16	21	24	29	33

O crescimento do número de egressos ultrapassa o de Programas, o que pode indicar um aumento da eficácia da área. Se tomarmos o número de egressos, no período de 1996 a 2008, houve um crescimento de aproximadamente 381% de mestres e 439% de doutores formados por ano.

Para aquilatar o que representa esse crescimento, convém lançar mão de alguns dados sobre o sistema de ensino. Um estudo conduzido pelo Instituto Nacional de Es-

tudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a partir dos dados do Cadastro de Docentes de 2005 concluiu que havia, no Brasil, um mestre para cada 52 estudantes do ensino superior e um doutor para cada 80. Se considerarmos o já diagnosticado desequilíbrio regional, o quadro se agrava muito: na região Norte, há um mestre para cada 64 alunos e um doutor para cada 164.

Como interpretar esse dado na área da Psicologia? Os dados do Censo do Ensino Superior de 2006 indicam a

Tabela 3

Evolução da Titulação dos Programas de Pós-Graduação na Área da Psicologia, por Nível, no Período 1996-2008 (Geocapes, 2009)

Evolução da Titulação			
Ano	Mestres	Doutores	Total
1996	255	61	316
1997	374	75	449
1998	347	75	422
1999	427	122	549
2000	540	138	678
2001	709	158	867
2002	728	196	924
2003	809	223	1.032
2004	715	236	951
2005	902	249	1.151
2006	861	225	1.086
2007	836	275	1.111
2008	972	268	1.240
Total	8.475	2.301	10.776

existência de 350 cursos presenciais responsáveis pela formação graduada do psicólogo². Desse conjunto, por um lado, 89% pertencem a instituições da rede privada de ensino e, por outro, apenas 13% pertencem a instituições universitárias (universidades e centros universitários). Se considerarmos que, sobretudo as instituições públicas, federais e estaduais, e apenas algumas da rede privada, em especial, as confessionais e as comunitárias, contam com percentuais altos de docentes qualificados em seus quadros, não é difícil concluir que há um enorme caminho a percorrer se pensarmos em qualificação dos docentes da área.

Outra questão sobre a nossa capacidade atual de formação – e um eventual estabelecimento de metas – é fornecida pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. O referido documento estabelece três cenários para a expansão da Pós-Graduação brasileira: um, mais otimista, que projeta um crescimento exponencial nos mesmos patamares do período 1987-2003; o mais pessimista, um crescimento equivalente ao período 1996-2003 e, finalmente, o intermediário, correspondente à média geométrica dos anteriores.

Tomando apenas o nível de doutorado, no primeiro cenário, o Sistema Nacional de Pós-Graduação passaria dos 8.094 titulados, em 2003, para 16.918; no segundo, para 13.818 e, no terceiro, para 15.280. Se projetarmos linearmente essas taxas de crescimento para a Psicologia, passaríamos dos 222 doutores titulados em 2003 para aproximadamente 411 doutores em 2010. Novamente,

considerando o número (crescente) de IES responsáveis pelo ensino graduado de Psicologia – e sem ignorar a perversa situação de ocultamento da titulação por parte de doutores em algumas regiões do Brasil para serem absorvidos pela rede privada de ensino – parece razoável concluir que há espaço para a ampliação da Pós-Graduação, *até mesmo para além das metas fixadas pelo PNPG 2005-2010*. Retornando aos dados da Tabela 3, à luz das considerações acima, não deixa de ser preocupante constatar que, nos últimos anos, há uma oscilação do quantitativo de egressos dos Programas da área com um crescimento pouco expressivo a partir de 2003.

Cremos que há elementos suficientes para esboçarmos algumas conclusões sobre este tópico. A primeira indagação, se a despeito do crescimento da área, haveria ainda espaço para uma expansão, a resposta parece claramente indicar que sim. Necessitamos, no entanto, traçar algumas metas de expansão. Fica uma advertência de que, mais adiante, trataremos das condições e características dessa expansão.

Meta 1

Em primeiro lugar, cremos que poderíamos caminhar para que todas as Unidades da Federação tivessem Programas de Pós-Graduação na área. Em outras palavras, passaríamos dos 19 atuais para 27 UF (26 estados e o Distrito Federal). Traçar metas, conforme foi afirmado, exige o estabelecimento de um lapso temporal para o seu atingimento. Sem levantar as condições reais existentes nesses dez estados, é difícil pensarmos em uma projeção mais fundamentada, bem como na escolha de estratégias adequadas para o atingimento da meta. Porém, como exercício, não poderíamos pensar que, em um prazo de

² A Biblioteca Virtual de Psicologia (BVS-Psi) registra, em sua página eletrônica, a existência de 356 cursos, sendo considerados os dados de 2007.

cinco anos, teríamos possibilidade de atingir *peelo menos mais cinco Unidades da Federação*?

Meta 2

Considerando que o número de estados com Programas completos, com o nível de doutorado, é atualmente de 13, cremos que poderíamos, com mais fundamento, projetar a expansão para as 19 Unidades da Federação que hoje mantêm o nível de mestrado.

Meta 3

Ainda com referência à questão regional, existem duas questões que demandariam o estabelecimento de metas. A primeira diz respeito a estados que, a despeito de já terem Programas na área, não os têm em instituições públicas. A defesa da consigna do ensino público, gratuito e de qualidade exige que pensemos na expansão do ensino pós-graduado em todas as Unidades da Federação. Atualmente, existem dois estados (MS e GO) que contam com Programas em instituições não-públicas, o que pode nos fazer propor a meta de que, além dos Programas nas cinco UF acima referidas, também *nesses estados sejam criados Programas em IES públicas*. A segunda questão, de mais difícil equacionamento, e que apenas assinalamos, para retomada em outra ocasião, diz respeito ao atendimento de áreas geográficas descobertas, embora a UF já tenha Programas na área. Apenas para exemplificar, em um estado da dimensão do Pará, o deslocamento para a capital pode ser muito mais difícil que entre UFs em outras regiões. Portanto, não se trata apenas de cobrir UF, mas de pensar nas microrregiões atendidas ou descobertas.

Meta 4

Um segundo conjunto de metas necessita fazer referência à eficácia do sistema. Considerando a possibilidade de melhor equipar os Programas existentes com recursos humanos qualificados, de revisão da capacidade instalada dos Programas, e tomando como parâmetro o cenário mais otimista do PNPG 2005-2010, precisamos projetar uma meta que combata a estagnação da área, algo como um *crescimento anual de titulados na ordem de 10% para o sistema*.

Para a concretização dessas metas, algumas condições precisam ser garantidas. Uma primeira condição diz respeito ao financiamento do sistema. A Constituição estabelece, no Parágrafo terceiro do Artigo 218 que “O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciências, pesquisa e tecnologia, e concederá aos que dela se ocupem, meios e condições especiais de trabalho”. O PNPG 2005-2010, após traçar os cenários, estima a orçamentação necessária para fazer frente ao crescimento previsto. Para o financiamento, que deve compreender o repasse de recursos suficientes às agências federais (além da garantia da restauração da infraestrutura para a pesquisa nas Instituições Federais de Ensino Superior [IFES]), é apresentado um rol de possí-

veis medidas, que vão desde a articulação entre as agências federais e as fundações de apoio, a participação mais efetiva dos Fundos Setoriais, o incentivo à formação de parcerias e consórcios entre Programas, até o estímulo às parcerias com empresas, sobretudo, nas áreas que participam de cadeias produtivas, etc. O orçamento adicional previsto para atingir as metas de crescimento previstas no cenário mais otimista, para o sistema, é de aproximadamente 1,66 bilhões de reais (para o período de seis anos). Considerando que o orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para 2008 foi da ordem de 1,25 bilhões e o do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em 2007 foi de aproximadamente 1,2 bilhões, com o aporte de recursos adicionais do Estado e as parcerias previstas, a estimativa do PNPG não nos parece irrealizável. Ademais, estamos em processo (polêmico é verdade, pelas metas estabelecidas pelo MEC [Ministério da Educação]) de reconstituição do quadro docente das IFES, com o REUNI – Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (em vigor), e o PAPG – Programa de Apoio à Pós-Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil (ainda em fase de discussão e concepção).

A Expansão da Pós-Graduação na Psicologia e as Subáreas: Em que Direção Precisamos Crescer?

Se estiver assente que há tanto espaço quanto necessidade de expansão, um segundo bloco de definições diz respeito às direções que poderíamos/deveríamos imprimir a esse crescimento. Aqui, cabe uma ressalva: não estamos defendendo a tese de que a indução deva substituir a organização espontânea dos grupos e IES na direção da formulação de propostas de Programas de Pós-Graduação. No entanto, para além do crescimento espontâneo, poderíamos pensar em estimular o desenvolvimento de determinados campos total ou insuficientemente abarcados pelo sistema atual.

Uma dificuldade para empreender essa tarefa diz respeito à inexistência de definições consensuais sobre o que deveria ser um tema de Programa, uma área de concentração, linhas de pesquisa e, até mesmo, projetos³. Em razão disso, dificilmente é possível tomar, sem as devidas cautelas, a nomenclatura das áreas e linhas como indicadores confiáveis da abrangência dos Programas atuais.

Feita a advertência, passemos ao exercício de analisar a atual situação da Pós-Graduação na área, a partir dos temas cobertos. A Figura 2 apresenta as Linhas de Pesquisa dos Programas agrupadas em subáreas.

³ Para uma interessante análise (e proposta de definição) da estrutura de Programas de Pós-Graduação, a partir do conceito de Linha de Pesquisa, ver Borges-Andrade (2003).



Figura 2. Distribuição percentual das Linhas de Pesquisa agrupadas por subárea

É interessante confrontar a distribuição atual das Linhas com o levantamento das lacunas da Pós-Graduação, conduzido pela CAPES em 2001 (Pós-Graduação: Enfrentando Novos Desafios), a partir da consulta a pesquisadores (publicado no *Infocapes*, 9(2/3)). Os dados foram coletados a partir de questionários enviados a 3.000 consultores da CAPES, com um percentual de respostas de aproximadamente 55%. Na área de Ciências Humanas 232 questionários foram devolvidos, mas não há informação sobre o número de respondentes na Psicologia.

Sobre os resultados em nível nacional, aponta Borges-Andrade (2001):

Em termos das subáreas, destacam-se como lacunas nacionais mencionadas por um número muito mais elevado de respondentes: Avaliação, Métodos e Medidas em Psicologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho. Num segundo patamar de prioridade, igualmente elevada, estariam as Psicologias Jurídica e Ambiental, especialmente pela sua relevância atual para a sociedade brasileira e pela ausência de programas de Pós-Graduação com foco nessas áreas de concentração (existem somente algumas linhas de pesquisa em alguns programas de Psicologia Social ou Clínica). (p. 143)⁴.

Quanto aos temas mencionados, considerando-se as diversas subáreas, foram destacados, entre outros: Metodologia Qualitativa Fenomenológica; Psicologia e Velhice; Terapia Cognitivo-Comportamental; Modelos de Intervenção; Cultura e Sociedade na Clínica; Desenvolvimento em Situação de Risco; Psicologia Hospitalar; Avaliação

de Programas e Políticas Públicas; e Práticas Psicológicas em Instituições de Educação.

Partindo do suposto de que as lacunas identificadas em 2001 correspondiam à realidade, as primeiras prioridades (Avaliação, Métodos e Medidas em Psicologia e Psicologia Organizacional e do Trabalho) foram, em alguma medida, cobertas pela evolução da Pós-Graduação da área. O mesmo não pode ser dito a respeito das prioridades seguintes (Psicologia Jurídica e Ambiental), que, ao menos, nesse nível de agregação dos dados, mostram-se ainda descobertas. A inspeção das Figuras 2 e 3 pode indicar não só lacunas, como a baixa participação da Psicologia Educacional e Escolar, mas também a existência de massa crítica ou de nichos de saturação, permitindo que já se possam estabelecer critérios mais rigorosos para abertura de novos cursos em algumas áreas da Psicologia. Segue um panorama geral das especialidades que mais vêm sendo tratadas.

O documento de Borges-Andrade (2001) avança para uma análise das lacunas temáticas a partir do corte regional:

Na região Centro-Oeste, tiveram algum destaque as lacunas nas subáreas de: Psicologia da aprendizagem e da cognição, História e epistemologia da psicologia e Psicologia do esporte. A linha que separa estas três lacunas das outras que foram mencionadas é muito tênue. O número de respondentes foi muito pequeno, havendo dúvidas sobre a representatividade dos dados obtidos . . . As subáreas Psicologia clínica e da saúde, Psicologia organizacional e do trabalho e Psicologia escolar e educacional tiveram algum destaque, como lacunas, na região Norte. (Borges-Andrade, 2001, p. 144).

Também nesse caso, o autor aponta que o número de respondentes é muito pequeno.

⁴ Grifo nosso.

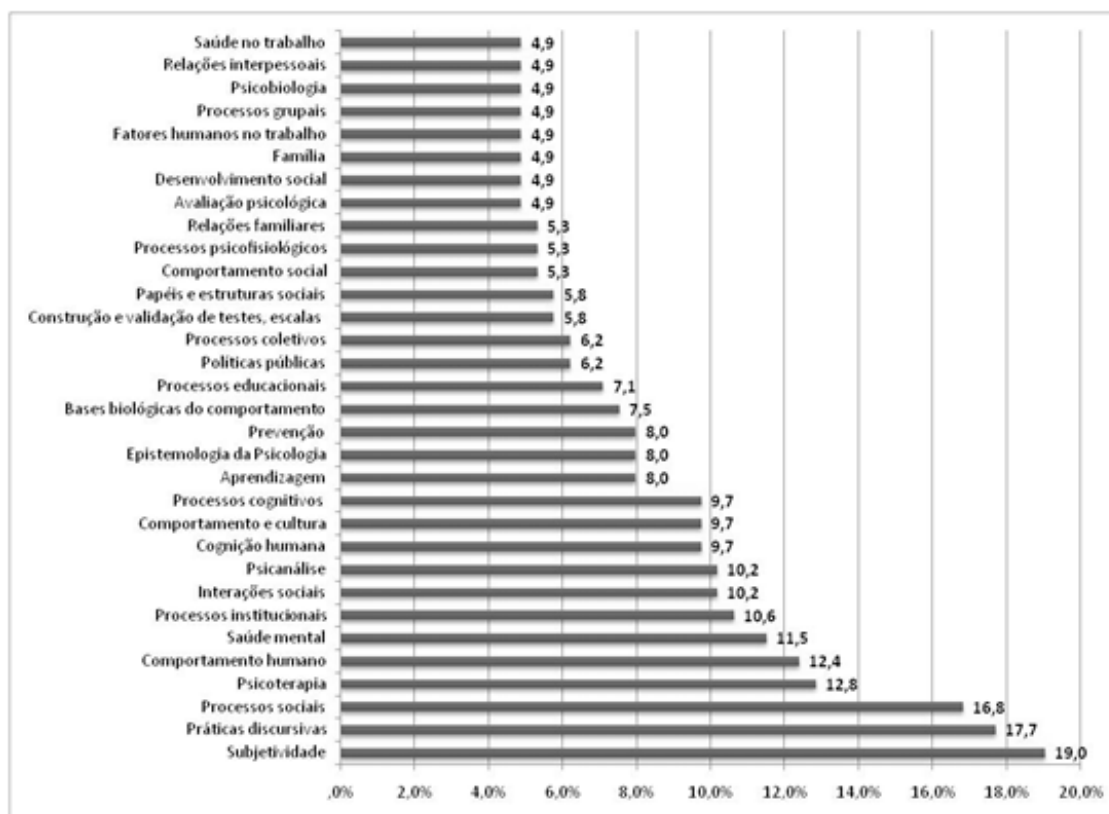


Figura 3. Distribuição percentual dos temas/especialidades mais presentes nas Linhas de Pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia

Na região Sudeste, a maior quantidade de citações aponta para lacunas, principalmente nas subáreas: Psicologia organizacional e do trabalho e Psicologia comunitária. Mas é muito pequena a diferenciação, quando elas são comparadas às outras subáreas citadas no bloco das que receberam duas menções. É muito provável que esta região concentre o maior número de pesquisadores consultados pela Capes. Dessa forma, o percentual de retorno dos questionários deve ter sido um dos menores (somente 10 respondentes) e, portanto, as respostas dadas podem não ser representativas. (Borges-Andrade, 2001, p. 145).

Na região Nordeste, repete-se a situação de poucos respondentes. Foram citadas as subáreas de Psicologia da Saúde, Psicologia Organizacional e do Trabalho e Psicologia Clínica. Finalmente,

Destacaram-se, como lacunas na região Sul, as subáreas de Bases biológicas do comportamento e avaliação, Métodos e medidas em psicologia. O número de respondentes também foi muito reduzido, deixando dúvidas quanto à sua representatividade. Mas, mesmo assim, foi possível perceber uma diferenciação no caso dessas duas lacunas, comparadas às demais, considerando-se a riqueza das justificativas e dos temas específicos sugeridos para as mesmas. (Borges-Andrade, 2001, p. 147/148).

Esse levantamento foi feito em 2001, teve poucos respondentes, que não constituem uma amostra representativa dos docentes de Pós-Graduação em Psicologia na época e trata de opiniões dos participantes, e não de uma análise da situação real da área em contraste com um modelo geral desejável ou desejado. De qualquer modo, apresenta alguns dados a serem cotejados com a situação atual.

Pelos dados apresentados pode-se verificar que há algumas lacunas ‘absolutas’ em algumas subáreas (Psicologia do Esporte, só para dar um exemplo), em análise análoga ao que fizemos com relação às regiões (a baixa presença da Pós-Graduação na região Norte, por exemplo), mas certamente temos ‘lacunas relativas’. Aqui podemos pensar em subáreas já desenvolvidas em algumas regiões e pouco desenvolvidas em outra região. Temos, também, subáreas contempladas no nível de mestrado e não em doutorado. Ficam algumas questões sobre esse tipo de lacunas.

Todas as regiões devem ter Programas de PG nos dois níveis (M/D) e nas diversas subáreas? Ou seja, em que nível precisamos/gostaríamos de ter Programas de PG espalhados pelo Brasil? Enfim, em que nível necessitamos estabelecer competências, digamos, regionais?

Apenas para provocar o debate, podemos pensar em algumas respostas para as questões que formulamos acima e, se não sugerir metas para todas, ao menos indi-

car os encaminhamentos possíveis. A resposta à primeira questão – se todas as regiões, ou mesmo estados, deveriam ter Programas nos dois níveis – nosso posicionamento já foi explicitado na formulação das metas de expansão. A segunda é mais polêmica, e o nosso entendimento é que não é razoável imaginar que possamos – ou devamos – reproduzir uma estrutura completa de áreas e temas em cada região ou estado brasileiro; também não é razoável que se reproduza um quadro que mostra pouca harmonia na atenção às diversas áreas. Não é possível pensar em alternativas que não simplesmente a multiplicação de Programas idênticos em todas as regiões, como o desenvolvimento de certas subáreas em certas regiões ou UFs e o fortalecimento dos programas de intercâmbio? (*Encaminhamento 1*) Não poderíamos pensar, mesmo, em estabelecimento de redes (como o exemplo pioneiro da Rede de Nordeste de Biotecnologia, RENORBIO, que articula 29 instituições e mais de duas centenas de docentes)? Estas possibilidades poderiam ser exploradas com estratégias de indução de formatos ou de áreas?

O fortalecimento dos intercâmbios não necessita caminhar, necessariamente, pelo estabelecimento de Programas em associação (conveniados, integrados etc.)⁵, do qual a articulação em rede é a forma mais acabada. (*Encaminhamento 2*) Outras possibilidades bastante estimulantes, mas que ainda merecem uma avaliação mais cuidadosa, são os programas temporários de qualificação, como o MINTER e o DINTER (mestrado e doutorado interinstitucionais). Estas experiências, na área da Psicologia, redundaram, por exemplo, na criação do Mestrado da Universidade Federal de Rondônia, contribuindo para ampliar a fronteira da Pós-Graduação na região Norte. Outros DINTER em andamento poderão vir a criar as condições iniciais para a emergência de mestrados em Estados ou regiões em que as lacunas são evidentes, e os programas de cooperação como o PROCAD (nas duas formas, simétrica, entre Programas consolidados, e assimétrica, entre um Programa consolidado e outro, em consolidação). Este encaminhamento, na realidade, pode ser traduzido com certa facilidade em uma meta, sobretudo, para o combate ao desequilíbrio regional (por exemplo, com o estabelecimento de um conjunto mínimo definido de programas de cooperação envolvendo as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apoiados pela Diretoria de Programas e Bolsas da CAPES, em um edital específico do Programa Nacional de

Cooperação Acadêmica (PROCAD) Novas Fronteiras, para a Psicologia).

A Expansão da Pós-Graduação na Psicologia: A que Objetivos Atender?

A questão proposta neste item pode parecer banal, mas entendemos que existem aspectos que a área não tem analisado com o devido cuidado. Retomemos, de início, os objetivos declarados do sistema de Pós-Graduação. O objetivo básico da Pós-Graduação – sem desconsiderar os outros múltiplos objetivos associados – é qualificar os quadros para a docência superior e para o sistema de ciência e tecnologia. Portanto, uma primeira aproximação para a questão da necessidade de expansão diz respeito à atual situação de qualificação dos docentes do ensino superior. Este ponto já foi abordado anteriormente: o hiato entre a situação atual da qualificação docente nas diversas áreas do conhecimento e na Psicologia, o (sempre) crescente número de IES da rede privada que tem, como regra, o baixo nível de titulação de seus quadros docentes, justificam a proposição de metas de expansão e nos dão tranquilidade para afirmar que temos dado resposta a esse objetivo do sistema. Resta saber – e ainda é cedo para tal – o impacto que a expansão de vagas nas Universidades públicas, com a implementação do REUNI, trará sobre a demanda de docentes para o ensino de Psicologia.

Todavia, existem demandas que exorbitam apenas o âmbito da formação de quadros – e a produção de conhecimento, seu corolário. Esta indicação já está dada mesmo pela CAPES, ao introduzir dentre os itens de avaliação, a inserção e o impacto regional e nacional do Programa. Sem desconsiderar a dificuldade da definição do que seja essa inserção (e o impacto) e, mais ainda, do estabelecimento de indicadores que permitam aquilatar comparativamente o desempenho nesse quesito dos diversos Programas, a sinalização da agência é que a avaliação valoriza a forma pela qual estes se conectam com as questões que a sociedade coloca. Esse item de avaliação compreende, na realidade, diversas formas de inserção, a saber: educacional, social, cultural, tecnológico/econômico.

São as duas primeiras formas que gostaríamos de abordar, aqui. A primeira delas caminha na direção da constatação, sem a proposição efetiva de metas. Estamos nos referindo a uma das questões sociais mais cruciais do nosso tempo, que impacta direta e indiretamente a nossa ação: a qualificação da educação básica no Brasil. Não estamos supondo, evidentemente, que a Pós-Graduação da área da Psicologia possa ter um papel decisivo no equacionamento dessa questão. No entanto, parece-nos que cabe a indagação a respeito do que estamos fazendo e o que podemos fazer. Talvez uma primeira possibilidade a ser considerada seja analisar a subárea da Psicologia Escolar/Educacional; eventualmente, *colocá-la*

⁵ Ainda há um conjunto de obstáculos a serem vencidos para que o modelo de Programas em Associação Ampla, na nomenclatura da CAPES, flua sem problemas. Desde a própria identificação dos Programas participantes na base da agência, o que dificulta o reconhecimento, pelo CNPq, das IES participantes, as barreiras impostas pelas diferentes legislações acadêmico-administrativas das IES, etc., são questões que necessitam ser equacionadas.

entre as prioridades de indução na área. Mas, certamente, desde que reconhecida a nossa condição de dar respostas, trata-se de uma questão que mereceria uma maior atenção da área.

A segunda das formas de inserção é a social. Trata-se da modalidade de inserção prioritariamente informada pelos Programas da área nos últimos Relatórios, evidenciando uma inserção (não necessariamente impacto) bastante consistente dos Programas da área. A questão que estamos propondo para o debate no Seminário diz respeito não à formação de docentes e pesquisadores, mas de profissionais.

São duas constatações que se articulam para que a área – que tem sido historicamente refratária à idéia – *considerar a possibilidade* de propor Mestrados Profissionais. A primeira diz respeito ao destino dos egressos. Embora o estudo de Velloso e Velho (2001) constataste que a maior parte dos egressos de mestrado (83%) e de doutorado (91%) aspire inserir-se profissionalmente nas atividades de ensino e pesquisa, a realidade é que apenas um terço dos mestres (34,4%) e dois terços dos doutores (68,8%) se encaminham para a carreira acadêmica (MEC, 2005). Em estudo subsequente sobre a Pós-Graduação no Brasil, também organizado por Velloso e compreendendo as áreas de Direito, Economia, Engenharia Mecânica, Geociências, Odontologia e Psicologia, Weber (2003a) aponta que no caso da Psicologia 49,4% dos Mestres trabalham em instituições de ensino superior ou institutos de pesquisa, 29,7% em organizações públicas ou privadas de diferentes tipos. Braga (2003) e Weber (2003b) por outro lado mostram que o ingresso na Pós-Graduação é tardio na Psicologia quando comparado a outras áreas, uma vez que o egresso da graduação faz um hiato antes de buscar a Pós-Graduação. A segunda razão para propor Mestrados Profissionais diz respeito à forte inserção das temáticas de diversos dos Programas da Psicologia nas questões vinculadas às políticas públicas, em especial, às políticas sociais.

Não se pode interpretar o primeiro conjunto de dados de forma absoluta, uma vez que nem as formas de mensuração da inserção profissional dos egressos são seguras, nem tampouco o quadro da inserção está definitivamente estabelecido. Contudo, é razoável fazer a indagação a respeito das motivações, sobretudo, dos mestrados (e mestres) ao buscar a formação pós-graduada na área da Psicologia. Sem entrar, por escapar ao âmbito deste documento, na análise da necessidade da formação de recursos humanos qualificados para os campos profissionais aos quais a Psicologia responde, não nos parece descabido imaginar que parte considerável dos pós-graduandos busque a qualificação para trabalhar fora do âmbito especificamente acadêmico. É até mesmo possível especular que a busca pela Pós-Graduação reflita, pelo menos em parte, uma dificuldade inicial de inserção no mercado profissional. E mais ainda (a título de provocação): não estariam diversos dos nossos Progra-

mas trabalhando com a lógica do Mestrado Profissional (MP), embora sob a roupagem do Mestrado Acadêmico? Lembramos que o MP distingue-se das Especializações por um aspecto fundamental: conforme lembra Ribeiro (2005), trata-se de uma modalidade de ensino pós-graduado que se caracteriza pela *imersão na pesquisa para formar profissionais* (em vez de formar pesquisadores, como nos Acadêmicos, ou centrado na qualificação técnica, como nas Especializações).

Evidentemente, não é sem razão que diversas áreas reagiram aos MPs, justificado pela história de sua proposição e implantação⁶. Entretanto, para, no caso das IES públicas (majoritária no Sistema Nacional de Pós-Graduação [SNPG]), evitar o risco da privatização (lembrando que o autofinanciamento faz parte da proposição dos MPs), e para prevenir o ingresso de instituições sem tradição acadêmica no sistema, é possível pensar em salvaguardas. (*Encaminhamento 3*) Uma primeira salvaguarda é propor à Coordenação da Área da Psicologia que somente considere as propostas de MP quando acoplados a um Programa acadêmico consolidado na área. (*Encaminhamento 2*) A segunda é que, no caso das IES públicas, o auto-financiamento admissível seja restrito ao estabelecimento de convênios e, em hipótese alguma, à cobrança individual de qualquer taxa por parte dos alunos. Embora seja um preceito constitucional, entendemos que essa observação, dada a realidade das IES públicas, seja pertinente.

Meta 5

Se as observações acima esboçadas forem consideradas pertinentes, poderíamos pensar, como meta, que fosse induzida (em cooperação com as agências federais e os ministérios competentes) a proposição de Mestrados Profissionais na área da Psicologia, em Programas consolidados, até um limite inicial (para reavaliação) de 10% do sistema (da área), em um intervalo de dois anos. A indução poderia, por exemplo, ser prioritariamente direcionada para a qualificação/formação de gestores e profissionais no campo das políticas sociais (saúde, assistência).

Finalmente, deixando o terreno específico dos MPs, mais ainda discutindo as respostas às demandas sociais, um objetivo acoplado à produção de conhecimento por parte dos Programas e seus docentes/pesquisadores que poderia (deveria) receber a nossa atenção diz respeito ao desenvolvimento de tecnologias sociais. Trata-se de um campo que pode ser atendido ou pelos Programas Acadêmicos ou, talvez, por Programas que tenham as modalidades Acadêmica e Profissional, de forma mais competente.

⁶ Um interessante panorama das questões relativas ao MP pode ser encontrado no volume especial sobre essa modalidade, da *Revista Brasileira de Pós-Graduação* (volume 4, número 2, de 2005).

A Expansão da Pós-Graduação na Psicologia: A Formação no Nível da Graduação pode ser Considerada uma Lacuna?

Finalmente, mas não menos importante, é a questão da formação graduada. Abordando a questão da articulação da graduação com a Pós-Graduação, Lo Bianco (1996) ressalta três grupos de problemas básicos referidos à formação do psicólogo, tentando mostrar o ponto sobre o qual a Pós-Graduação pode contribuir para a melhoria dos cursos de graduação. O primeiro grupo de questões se refere ao nível de generalidade e fragmentação presente nos cursos de formação de psicólogo. Em seguida, aparece o grupo de problemas referente ao desconhecimento nos cursos de graduação dos inúmeros lugares de inserção de profissionais surgidos nos últimos anos. Finalmente o grupo de problemas referido ao ensino reprodutivo e pouco reflexivo, que deixa de levar em conta as práticas profissionais.

Para a autora, estas circunstâncias colocam em evidência uma característica que é descuidada na graduação e enfatizada na Pós-Graduação: a atividade de pesquisa, por meio da qual dar-se-ia a articulação entre estes dois níveis de ensino, em quatro momentos. Inicialmente a contribuição da Pós-Graduação à resolução dos problemas da graduação seria dada à complementação da formação de docentes. Num segundo momento, a Pós-Graduação contribuiria para dar aos alunos da graduação um conhecimento produtivo, por oposição àquele meramente reprodutivo. Num terceiro momento, a ênfase na pesquisa, com incentivo na participação, dos alunos de graduação, em projetos de pesquisa em andamento na Pós-Graduação. Finalmente, a contribuição mais importante, da qual a própria Pós-Graduação se beneficiaria, seria a formação em pesquisa. Se agregarmos a esta análise os dados de entrada tardia na Pós-Graduação já mencionados, convergimos para indicadores de que há fragilidades na interação entre a graduação e a Pós-Graduação em relação às quais deveríamos investir. Será que temos no sistema de avaliação da Pós-Graduação indicadores efetivamente sensíveis para colocar em prática estratégias de indução dessa aproximação?

Abbad e Mourão (2007), em seu estudo com uma amostra de psicólogos (84% deles, mulheres), que validou Escalas de Avaliação de Competências Profissionais (Importância atribuída e auto-avaliação de domínio), encontraram resultados a serem considerados na apreciação de lacunas em nossa área. A Escala de Auto-avaliação de Domínio interessa mais aqui. As autoras concluem que, embora os participantes tenham revelado atribuir importância às competências especificadas nas Diretrizes Curriculares, sua auto-avaliação do domínio das mesmas ($N = 329$ questionários preenchidos) indica deficiências. As menores médias foram observadas em itens que focalizam competências para uma atuação ino-

vadora e ligada à geração de novos conhecimentos, voltadas para processos grupais e sociais. Os participantes consideram que têm domínio insuficiente em competências para formular questões empíricas de investigação científica e elaborar relatos das mesmas e realizar intervenções grupais e organizacionais. Essa auto-avaliação contrasta com a de competência para realizar intervenções que privilegiam necessidades individuais.

Esses dados podem ser complementados com os de Bastos (2007). Enquanto Abbad e Mourão (2007) focalizaram profissionais, Bastos (2007) analisa o desempenho de estudantes no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), buscando problematizar a relação Pós-Graduação/graduação em seus principais desafios. É relevante tomar inicialmente o desafio identificado por esse autor em sua síntese. Para ele, as mudanças no ensino de graduação, especialmente a partir das Diretrizes Curriculares, “. . . demandam formação científica mais sólida, maior interdisciplinaridade e formação profissional mais diversificada, o que requer docentes com competências específicas e mais diversificadas” (slide 11).

Será que Pós-Graduação está formando docentes que atendam a estas demandas? Algumas respostas parciais e indiretas a essa questão podem ser esboçadas. Em primeiro lugar, são observadas diferenças nos resultados de estudantes no ENADE 2007, de IES que possuem Pós-Graduação em psicologia, em especial nos eixos que apresentam os resultados mais baixos. Para acompanhamento desses resultados é necessário, antes apresentar esses eixos, como são apresentados na Figura 4.

Pelos resultados, apresentados na Figura 5, é possível observar que o desempenho dos estudantes é superior em IES com Pós-Graduação em todos os eixos que estruturam o currículo da sua formação básica. Apesar dessa diferença de desempenho nos dois grupos, observa-se que o perfil por eixos é mais ou menos o mesmo, com escores mais baixos em média nos eixos II, IV e V. Os dois últimos tratam, respectivamente, de interfaces com outros campos do conhecimento e de práticas profissionais nos principais domínios de atuação do psicólogo. Privilegiam-se aqui as intervenções nos processos educativos, de gestão, de promoção de saúde, clínicos e de avaliação. Se considerarmos os dados de Abbad e Mourão (2007) já citados, é possível hipotetizar que as maiores dificuldades sejam em aspectos de intervenção que ultrapassem o atendimento a necessidades individuais. Nestes dois eixos o possível impacto da Pós, contudo, não se revela tão visível quanto ao que ocorre no Eixo II que reúne o conjunto de competências básicas da formação científica. Neste eixo constata-se a maior diferença entre os escores dos alunos de IES com e sem Pós-Graduação. É plausível, portanto, a hipótese que a existência de grupos de pesquisa consolidados na IES, base para a existência da Pós-Graduação, seja responsável por uma melhor formação científica básica dos alunos da graduação. É importante lembrar, contudo, que o número de IES com Pós-

Partes /Eixos	Competências avaliadas
Formação Geral	Envolve, entre outras, as habilidades do estudante para analisar, sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações, fazer comparações, detectar contradições, decidir, organizar, trabalhar em equipe e administrar conflitos.
Formação Específica	■ Eixo I Fundamentos epistemológicos, teórico-metodológicos e históricos das principais vertentes do pensamento em psicologia
	■ Eixo II Fundamentos, métodos e técnicas de coleta e análise de informações para investigações científicas e avaliação de fenômenos psicológicos.
	■ Eixo III Fenômenos, processos e construtos psicológicos, entre os quais, processos básicos (cognição, emoção, motivação e aprendizagem), processos do desenvolvimento, interações sociais, saúde psicológica e psicopatologia, personalidade e inteligência.
	■ Eixo IV Interfaces com campos afins do conhecimento (neurociências, sociologia, antropologia, filosofia)
	■ Eixo V Práticas profissionais nos principais domínios de atuação do Psicólogo priorizando as intervenções nos processos educativos, de gestão, de promoção de saúde, clínicos e de avaliação.

Figura 4. Estrutura da avaliação (Retirado de Bastos, 2007, slide 17)

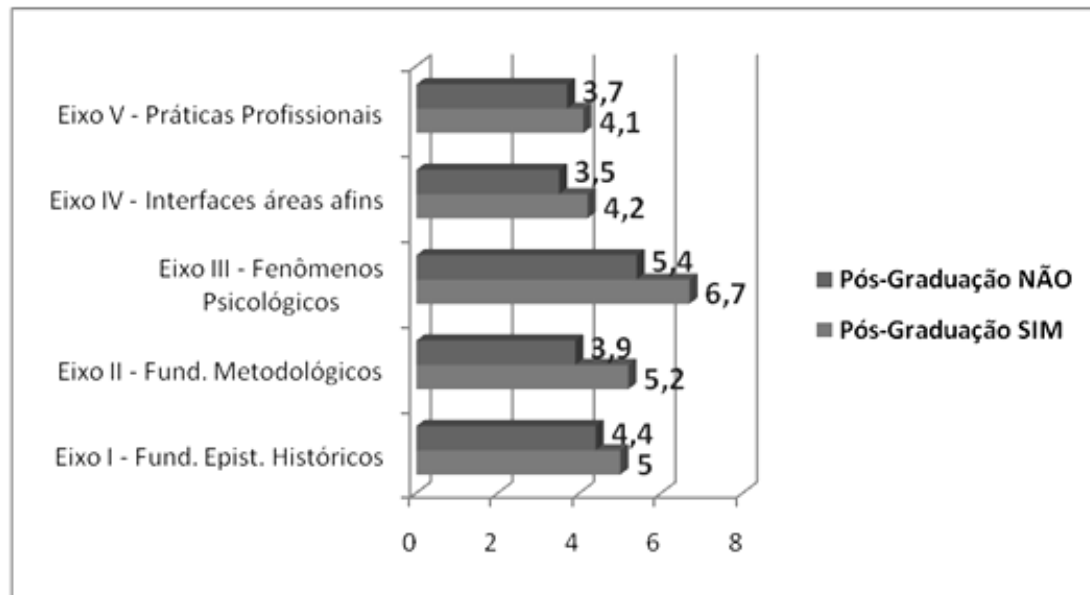


Figura 5. Desempenho no ENADE 2006 das IES com e sem pós, por eixos estruturantes de formação. Retirado de Bastos (2007, slide 22)

Graduação não atinge 1/7 do total de instituições que oferecem cursos de Psicologia no Brasil.

Esses dados são consistentes com avaliação de Feitosa (2007) a partir de trabalho de campo de avaliação de cursos de graduação, a qual observa que, quando entrevistados, docentes e gestores de vários cursos de Psicologia apontam dificuldade na contratação de docentes para o ensino de processos psicológicos básicos, corroborando preocupação entre os pesquisadores da área, os quais relatam a percepção de redução gradual no espaço curricular para esses conteúdos, conforme expresso no XI Simpósio da ANPEPP, realizado em 2006, pelos Grupos de Trabalho em Análise Comportamental de Processos Simbólicos, Memória: Modelos, Pesquisa Básica e

Aplicações, Psicobiologia, Neurociências e Comportamento, e Psicologia Evolucionista. Feitosa (2007) ainda relata a ocorrência, em vários cursos, de: (a) dificuldade acentuada na implementação de conteúdos de psicologia cognitiva, de sensação e percepção e de efetiva *interface* com as ciências da vida, na contramão do notável crescimento das neurociências; (b) dificuldade em implementar uma suficiente diversidade teórica; (c) a exposição exaustiva a um mesmo pequeno conjunto de autores clássicos para diferentes conteúdos, desconsiderando tanto a contribuição de autores modernos, como a de teóricos centrais às áreas específicas; (d) a dificuldade para a implementação de interfaces com campos afins do conhecimento e com profissionais de outras áreas, bem

como a preparação do graduado para inserção em diferentes contextos institucionais e sociais conforme previsto nos eixos estruturantes das Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Psicologia.

Considerando também as lacunas na oferta de algumas subáreas na pós, como, por exemplo, a de Psicologia Educacional e Escolar, já apontada na Figura 2, é possível que na graduação essas formas de atuação não estejam recebendo a atuação devida.

Meta 6

Os relatos de Abbad e Mourão (2007), de Bastos (2007), de Feitosa (2007) e de Lo Bianco (1996) já mencionados, apontam com razoável consistência, deficiências nos cursos de graduação. Especificamente os dados do ENADE, mostrados na Figura 5, confirmam que a presença da Pós-Graduação propicia a melhoria no desempenho do aluno em cada um dos eixos estruturantes de formação. Temos, portanto, razões para buscar a melhoria dos cursos de graduação através da expansão da Pós-Graduação para instituições onde elas ainda não existem, mas parece pouco razoável pensar em uma expansão de tal ordem que todos os cursos de graduação estejam vinculados a cursos de Pós-Graduação. Portanto, uma meta mais realista poderia ser expressa em termos de indução de programas de Pós-Graduação e de linhas de pesquisa em áreas em que as deficiências no ensino de graduação são mais graves. Por outro lado, o apoio a Programas ou a linhas de pesquisa voltadas para questões estreitamente relacionadas à prática profissional poderia ter reflexos quer no aprimoramento da formação como abriria mais espaços para quem busca a Pós-Graduação como uma estratégia de qualificação em elevado nível para a intervenção em problemas afetos ao exercício da profissão.

Meta 7

Uma estratégia para acelerar o impacto da Pós-Graduação, não só sobre a formação de recursos humanos mas também sobre a produção de conhecimento, seria investir na diminuição do hiato entre a conclusão da graduação e o ingresso na Pós-Graduação, para que a sociedade se beneficie de um maior número de anos do pesquisador em atividade. Não poderíamos ter como meta reduzir em 50% o hiato de tempo, entre estes dois marcos, no prazo de cinco anos? As estratégias necessariamente teriam que incluir um maior investimento na aproximação da graduação em direção à Pós-Graduação e na inclusão da pesquisa na graduação.

Considerações Finais

Ao longo das reflexões que integram este texto, alguns pontos parecem bastante claros:

(a) Temos indícios muito fortes de que o nosso sistema de Pós-Graduação, apesar do seu expressivo crescimento nos últimos anos, ainda se encontra distante de aten-

der ao vasto conjunto de demandas sociais postas tanto pelo ensino de graduação quando do mundo profissional da Psicologia e áreas afins. Mesmo considerando-se a missão de formar docentes mais qualificados, a expansão do ensino de graduação é de tal ordem que requer maior crescimento e, sobretudo, maior diversificação da Pós-Graduação. Quando se considera o conjunto de demandas que emergem de problemas sociais, culturais, econômicos, ambientais para os quais a Psicologia poderia dar uma contribuição significativa, constata-se que a comunidade científica da Psicologia ainda precisa crescer de forma muito acentuada.

(b) Apesar dos avanços da Pós-Graduação em termos de distribuição no espaço geográfico do Brasil, verifica-se que há uma excessiva concentração em alguns estados e numa região do país, algo compreensível quando se toma a história da construção do ensino superior, da pesquisa e da própria Pós-Graduação no Brasil. As políticas públicas, em parte executadas pela CAPES para favorecer a descentralização e o crescimento da Pós-Graduação nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, apesar dos evidentes êxitos, ainda está muito distante, inclusive na área da Psicologia, de assegurar uma distribuição menos concentrada na região Sudeste.

(c) Finalmente, mesmo sem dados que nos permitam conhecer em maior detalhamento a produção que resulta do nosso atual sistema de Pós-Graduação, parece claro que a sua diversidade interna, apesar de acentuada, está longe de assegurar a cobertura à diversidade de subáreas, domínios ou campos de pesquisa da Psicologia e das suas interfaces com outros domínios científicos. A distribuição das linhas de pesquisas por subáreas e por temáticas deixa evidente que importantes domínios da Psicologia não são contemplados pela nossa Pós-Graduação.

É importante assinalar, a título de conclusão, que o exercício aqui realizado de refletir sobre as lacunas da Pós-Graduação cumpre a função de recolocar em cena e para debate a questão das características que ela deve assumir no futuro, considerando-se as políticas públicas e as demandas sociais que se colocam à área. A discussão ampla, quer do diagnóstico, quer das metas sugeridas, é um ponto de partida a orientar Programas, ANPEPP e a CAPES no sentido de ações articuladas que possam fortalecer o sistema e, ao mesmo tempo, direcioná-lo para cumprir a missão social que dele se espera, num país com as características e dimensão que temos.

A discussão que se pretende incentivar a partir deste texto será enriquecida enormemente se novos e específicos estudos forem realizados. Ou seja, a nossa comunidade científica, ou as nossas entidades, precisam assumir a enorme tarefa de tomar a própria produção científica e o seu sistema de Pós-Graduação como um objeto legítimo de estudo e investigação. Há, ao longo de décadas, acúmulo de dados significativos sobre os nossos programas de Pós-Graduação e da produção gerada que ainda não estão sistematizados, analisados e torna-

dos públicos. Esforços conjuntos ou redes de parcerias entre programas poderiam realizar pesquisas que nos ajudassem a diagnosticar com maior precisão as nossas lacunas. Esta talvez seja uma recomendação a ser traduzida em meta importante para a Área.

Reafirmamos o nosso propósito de apenas levantar questões e indicar algumas possibilidades de encaminhamento. As metas sugeridas são apenas provocações para reflexão e aprofundamento em futuros estudos e discussões da Área.

Referências

- Abbad, G. S., & Mourão, L. (2007). *Qualificação e re-qualificação após inserção profissional de psicólogos brasileiros*. III Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Florianópolis, SC: Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho.
- Bastos, A. V. B. (2007). *Problematizando a relação graduação/Pós-Graduação*. Seminário comemorativo de 20 anos do Programa de Pós da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Borges-Andrade, J. E. (2001). Seminário Nacional "Pós-Graduação: Enfrentando novos desafios - Psicologia". *Infocapes*, 9(2/3), 141-148.
- Borges-Andrade, J. E. (2003). Em busca do conceito de linha de pesquisa. *Revista de Administração Contemporânea - RAC* (Curitiba), 7(2), 157-170.
- Braga, M. B. (2003). Características da trajetória acadêmica de mestres e doutores formados no país em seis áreas. In J. Velloso (Ed.), *A Pós-Graduação no Brasil: Formação e trabalho de mestres e doutores no país* (pp. 245-264). Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Ministério da Educação. (2005). *Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010*. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Biblioteca Virtual de Psicologia (2007). *Cursos de graduação em Psicologia no Brasil*. Retrieved from http://www.bvs-psi.org.br/CursosGraduacaoPsiBrasil_Nova2007.xls
- Geocapes. (2009). *Concessão de bolsas de Pós-Graduação da Capes no Brasil*. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Retrieved from <http://geocapes.capes.gov.br/geocapesds/>
- Castro, A. M. G., Lima, M. V., & Borges-Andrade, J. (2005). *Metodologia de planejamento estratégico das unidades do MCT*. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia.
- Feitosa, M. A. G. (2007). *Os currículos de graduação em Psicologia no Brasil: Revisitando articulações necessárias para modernização*. Manuscrito não-publicado.
- Lo Bianco, A. C. (1996). O ponto de articulação entre graduação e Pós-Graduação. In E. M. Bonfim (Ed.), *Formações em Psicologia: Pós-Graduação e graduação. Coletâneas da ANPEPP*, 1(8), 19-30.
- Ribeiro, R. J. (2005). O mestrado profissional na política atual da Capes. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2(4), 8-15.
- Tourinho, E. Z., & Bastos, A. V. B. (2008, mar.). *Situação da Pós-Graduação na Área da Psicologia*. Brasília, DF: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Weber, S. (2003a). Estudo e situação de trabalho de mestres titulados no período 1990-1999. In J. Velloso (Ed.), *A Pós-Graduação no Brasil: Formação e trabalho de mestres e doutores no país* (pp. 265-276). Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Weber, S. (2003b). Psicologia: Mestres e doutores titulados entre 1990 e 1999. In J. Velloso (Ed.), *A Pós-Graduação no Brasil: Formação e trabalho de mestres e doutores no país* (pp. 221-244). Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Velloso, J., & Velho, L. (2001). *Mestrados e doutorandos no país: Trajetórias de formação*. Brasília, DF: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Yamamoto, O., & Tourinho, E. (2008). *Avaliação Trienal 2007 Psicologia - Anos-base 2004 -2006*. Reunião de Coordenadores da área da Psicologia, Brasília, DF.

Recebido: 04/05/2010
Revisão: 15/07/2010
Aceito: 19/07/2010